

PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE ATUAL COMO UM NEGÓCIO

PLANEAMIENTO URBANO ESTRATÉGICO: LA CONSTRUCCIÓN DE LA CIUDAD ACTUAL
COMO UN NEGOCIO

Gilliard Damasio Soares

Mestrando em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

gilliard_damasiosoaresh@yahoo.com.br

Resumo:

Em cada momento do processo histórico há a produção de um tipo específico de cidade. A cidade atual tem sido vista e produzida sob uma nova perspectiva: como condição essencial da reprodução da acumulação do capital. Dessa forma, essa cidade que vem sendo produzida buscando atender a esse processo de ampliação dessa reprodução.

Nesse artigo, mostramos que esse processo vem sendo legitimado pela adoção de um planejamento urbano chamado estratégico, desenvolvido sobre conceitos neoliberais. Portanto, a cidade vista a partir da ótica estratégica de planejamento vem sendo construída sob bases políticas e institucionais do empreendedorismo. Sendo assim, essa cidade deixa de ser vista como um bem público e passa a ser vista como uma verdadeira empresa em que a prioridade deve ser a produtividade, a competitividade e a rentabilidade. Essa rentabilidade é alcançada com sua transformação em uma mercadoria, ou seja, em um produto negociável. Mas para que essa cidade seja administrada como uma empresa e vendida como uma mercadoria é fundamental a construção de um sentimento de pertencimento (a cidade enquanto pátria) e, conseqüentemente, a geração de um consenso junto à população local de que não há alternativas para essa cidade na nova dinâmica de globalização seletiva da economia.

Palavras-Chave: Cidade, Planejamento urbano e Negócio.

Resumen:

En cada momento del proceso histórico hay la producción de un tipo específico de ciudad. La ciudad actual ha sido vista y producida sob una nueva perspectiva como condición esencial de la reproducción de la acumulación del capital. De esa forma, esa ciudad ha sido producida buscando atender a ese proceso de ampliación de esa reproducción.

En este artículo, señalamos que ese proceso ha sido legitimado por la adopción de un planeamiento urbano desarrollado a cerca de conceptos neoliberales. Por lo tanto, la ciudad desde la óptica estratégica de planeamiento, ha sido construída bajo bases políticas e institucionales del

emprendimiento. Así siendo, esa ciudad deja de ser vista como un bien público y pasa a ser vista como una verdadera empresa en que la prioridad debe ser la productividad, la competitividad y la rentabilidad. Esa rentabilidad es alcanzada con su transformación en una mercancía, o sea, en un producto negociable. Pero para que esa ciudad sea administrada como una empresa y vendida como una mercancía es fundamental la construcción de un sentimiento de pertenencia (la ciudad mientras nación) y, por consecuencia, la generación de un consenso junto a la población local de que no hay alternativas para esa ciudad en una nueva dinámica de globalización selectiva de la economía.

Palabras Clave: Ciudad, Planeamiento Urbano y Negocio.

1. Introdução:

A cidade atual é vista e construída a partir de uma nova perspectiva, não mais apenas como um lugar onde as diferentes relações sociais, políticas e econômicas acontecem, mas também como uma mercadoria, portanto, negociável. Sendo assim, essa cidade pode então ser vendida e comprada conforme os interesses dos indivíduos e/ou grupos que a veem e a buscam transformar, de fato, em mercadoria, ou seja, fazê-la se tornar cada vez mais lucrativa. Nesse contexto, assim como Lefebvre (2006) afirmou que a produção deixa de ser no para ser do espaço, este se tornando um produto intercambiável, podemos afirmar também que, na ótica do planejamento urbano difundido na realidade brasileira, a partir da década de 1990, sustentado em aspectos neoliberais; a produção deixa de ser apenas na cidade para ser da própria cidade, ou seja, a cidade deixa de ser apenas o lugar onde o capital pode se realizar para se tornar, ela mesma, o produto indispensável para a manutenção e ampliação do capital.

2. Planejamento Urbano Estratégico: A Construção da Cidade sob Novas Bases Políticas e Institucionais.

Segundo Harvey (2006a), para entender a história do modo capitalista de produção é preciso perceber que cada paisagem urbana é, na verdade, fruto da geografia histórica de cada momento desse modelo. Logo, cada paisagem urbana construída anteriormente pode ser, e é considerada, em um momento posterior desse mesmo modo de produção, uma barreira para o próprio processo de manutenção e ampliação da acumulação para o qual ela

foi construída e, portanto, em um novo momento, essa paisagem deve e precisa ser superada. É então, na tentativa de construção de um novo arranjo espacial que amplie o processo de acumulação, através da transformação da paisagem que já não contribui para facilitar a obtenção de mais valia, que, segundo o autor, o capital de tempos em tempos passa por crises conjunturais, que servem para que o modo de produção seja reorganizado e ampliado sobre novas bases. Em outras palavras, as crises conjunturais que ocorrem no modo capitalista de produção têm como objetivo superar as barreiras à acumulação impostas pelas limitações de uma conjuntura anterior materializada pela paisagem construída pelo próprio capital e, portanto, buscam possibilitar novas condições para a manutenção, continuidade e maximização do processo de acumulação. Sobre esse processo de transformação da paisagem urbana, Santos Junior (2015) afirma que:

A subordinação da cidade ao desenvolvimento capitalista e a sua necessidade incessante de produção de capital excedente implica um processo constante de crescimento urbano, baseado na destruição-reconstrução das cidades, com graves impactos sociais, ambientais e políticos associados a essa dinâmica. Para isso, o capital se apropria dos espaços urbanos coletivos da cidade visando garantir as condições necessárias para a produção-reprodução das relações capitalistas. (Op. cit., p. 193)

Sobre esse processo de destruição-reconstrução das cidades, podemos afirmar que o mesmo tem sido realizado atualmente por meio do chamado Planejamento Urbano Estratégico, já que esse modelo de planejamento, difundido no Brasil a partir da década de 1990 e realizado pela parceria público-privada, tem sido considerado por muitos atores da questão urbana como a principal (ou melhor, a única) possibilidade de superação do quadro de crise de acumulação materializado na paisagem urbana atual. Essa possibilidade tem sido ratificada na realidade brasileira desde a regulamentação, ainda na Carta Constitucional de 1988, dos Planos Diretores Municipais, já que estes Planos Diretores, obrigatórios para cidades, entre outros aspectos, com mais de vinte mil habitantes, têm, em geral, sido elaborados como instrumentos legitimadores da implementação desse modelo chamado estratégico na escala dos municípios através do estímulo à adoção

desse tipo de planejamento urbano que é, por natureza, seletivo e segregador por ser realizado por parcelas específicas da sociedade, que buscam atender a determinados interesses de alguns grupos em detrimento da população em geral.

Entretanto, é preciso ressaltar que essa característica cíclica das crises no modo capitalista de produção e as mudanças na estrutura econômica que delas resultam, nem sempre são interessantes em curto prazo, para um determinado grupo em um local específico, e só ocorrem, porque as tomadas de decisão sobre a paisagem urbana, ou seja, sobre as intervenções na cidade, em geral, não são voltadas apenas para o atendimento dos interesses de alguns indivíduos, mas sim aos interesses de uma classe como todo (no caso da cidade atual, principalmente daqueles grupos que juntos detêm, atualmente, o controle sobre o processo de transformação dessa paisagem urbana como, por exemplo, agentes imobiliários, construtoras, urbanistas, arquitetos, governanças locais, etc.). Portanto, essas mudanças na paisagem urbana estão ligadas a lógica maior de funcionamento do próprio capital: a busca pela maximização da acumulação. Lógica esta que tem sido imposta e aceita socialmente.

Esse modelo de Planejamento Urbano Estratégico vem sendo considerado por muitos atores da cena urbana como a melhor possibilidade de reestruturação da cidade atual supostamente mergulhada em crise, porque tem como objetivo tentar inserir cada vez mais essa cidade em um novo momento e/ou conjuntura de ampliação da influência da lógica neoliberal nas várias dimensões da vida. Lógica esta que pôde ser realizada com a acentuada evolução dos meios de transportes e comunicação a partir da segunda metade do século XX, possibilitando, conseqüentemente, entre outros aspectos: uma crescente internacionalização do capital (realizada através do processo de globalização); flexibilização das relações econômicas (ampliando a escala de controle da economia, a partir de então, pelos grandes atores e/ou grupos econômicos internacionais); consolidação de um Estado mínimo e regulador (um governo que, embora oficialmente se abstenha de uma série de deveres

que historicamente lhe foram atribuídos como, por exemplo, as políticas ditas sociais: saúde, educação, habitação, etc.; busca, a partir de então, construir as condições necessárias para que a acumulação do capital possa ser maximizada); e do acirramento da competição entre os lugares (a chamada Guerra dos Lugares), já que nas várias escalas (inclusive local) o que se vê é uma busca crescente e desmedida pela atração de investimentos. Logo, podemos afirmar que essa realização se dá, porque nesse momento neoliberal o capital é, cada vez mais, fluido, dinâmico e selecionador de lugares, fruto da globalização econômica.

Mas como essa lógica neoliberal conseguiu se tornar ideologicamente tão marcante nas últimas décadas na realidade não apenas brasileira como também mundial? Segundo David Harvey:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como “os valores centrais da civilização”. Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos.

Os conceitos de dignidade e de liberdade individual são por si mesmos profundamente valiosos e comoventes. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do Leste Europeu e da União Soviética antes do final da Guerra Fria, assim como aos estudantes da Praça Tianamen, na China. Os movimentos estudantis que percorreram o mundo em 1968 – de Paris e Chicago a Bancoc e Cidade do México – foram em parte motivados pela busca de uma maior liberdade de expressão e de escolha pessoal. De maneira geral esses ideais são caros a todos os que valorizam a capacidade de tomar decisões soberanas. (HARVEY, 2008, p.15)

No Brasil, um país recém-saído de uma longa ditadura e marcado por uma profunda crise econômica que repercutiu nas várias dimensões da sociedade brasileira, esses ideias de dignidade e liberdade econômica ganharam um forte apoio popular e, sob a égide dos princípios neoliberais

sustentados por profundas mudanças econômicas pautadas na reestruturação da circulação e acumulação do capital, a economia brasileira nos anos 1990 retomou o crescimento. Contudo, crescimento para quem? Acreditamos que apenas para uma pequena parcela da sociedade brasileira.

O neoliberalismo e seu discurso de liberdade tem sido desde então difundido na realidade brasileira. Mas que liberdade, apenas econômica para investir, liberdade econômica para quem investir? Aqueles grupos que detém o controle sobre os meios de produção.

Sobre o Chile, o primeiro país a adotar o neoliberalismo como experimento Harvey (2008), afirma que:

O golpe [liderado pela figura do General Pinochet] contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi “liberado” de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo). (Op. cit., p. 17)

Essas restrições trabalhistas no Brasil podem ser ampliadas com a chamada lei da terceirização¹, que atualmente tramita em Brasília e aguarda votação do Legislativo e uma possível sanção presidencial, resultando em perdas de direitos trabalhistas historicamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros.

Segundo Harvey (2006b), essa lógica estratégica de planejar a cidade pautada em princípios do neoliberalismo começou a ganhar uma maior

1 Projeto de Lei que tem como objetivo, no discurso oficial daqueles políticos que a defendem, dar os mesmos direitos e garantias dos trabalhadores com vínculo empregatício junto às suas respectivas empresas aos trabalhadores terceirizados, ou seja, àqueles profissionais que não possuem esse vínculo empregatício legal com a empresa para qual prestam serviço, mas apenas contratados junto a uma outra empresa, em geral, prestadora de serviços e que não oferecem as mesmas garantias legais por se tratar de uma relação de trabalho legitimada por um contrato. No entanto, acreditamos que o real objetivo dessa proposta é desvincular grande parte dos trabalhadores de suas respectivas empresas, o que, por sua vez, representaria menos ônus para estas, ou seja, menos gastos com a força de trabalho que, portanto, lhes deixaria de ser vinculada diretamente e passaria a ser apenas uma mão de obra prestadora de serviços sem qualquer vinculação legal, ou seja, sem obrigações trabalhistas.

repercussão em 1985, quando foi realizado um Seminário em Orleans (EUA) reunindo líderes, empresários e pesquisadores da questão urbana em que:

O objetivo era analisar as linhas de ação adotadas pelos governos urbanos diante da erosão da base econômica e fiscal de muitas grandes cidades no mundo capitalista avançado. O seminário expressou um grande consenso: os governos urbanos tinham de ser muito mais inovadores e empreendedores, com disposição de explorar todos os tipos de possibilidades para minorar sua calamitosa situação e, assim, assegurar um futuro melhor para suas populações. A única esfera de desacordo dizia respeito a qual seria a melhor maneira disso ser feito. Será que os governos urbanos deveriam desempenhar algum papel de apoio ou direto na criação dos novos empreendimentos? De que tipo? Será que deveriam lutar para preservar as fontes de emprego, ou mesmo assumir as fontes ameaçadas? Quais? Ou será que deveriam simplesmente se limitar à provisão das infra-estruturas, dos terrenos, das renúncias fiscais e das atrações culturais e sociais, reforçando as antigas formas de atividade econômica e atraindo as novas formas? (Ibid., p.166)

Ainda, segundo Harvey (2006b), a partir de então, criou-se um novo consenso na maneira como as administrações públicas locais deveriam gerir as cidades. Na nova lógica que estava emergindo as gestões municipais que passassem a ter uma visão administrativa e empreendedora, no que concerne ao planejamento urbano, seriam as que conseguiriam obter um suposto maior êxito político, econômico e social. Para explicar como esse modelo de planejamento e gestão municipal vem ganhando força na realidade brasileira entre diferentes governos, planejadores em geral e população a partir dos anos 1990, o professor Carlos B. Vainer utiliza três categorias analíticas que ajudam a mostrar as diferentes dimensões criadas e exploradas na construção da cidade atual nesse tipo de planejamento adotado pelos principais atores da questão urbana (as diferentes administrações públicas e alguns setores da iniciativa privada nas várias escalas de atuação, mas principalmente na escala local).

As três categorias analíticas apontadas pelo autor são adotadas pelos diferentes grupos de planejadores urbanos como dimensões básicas de reconstrução das cidades no momento atual de difusão de uma política econômica neoliberal, no âmbito do planejamento urbano. Essa adoção se dá, porque esses atores do espaço urbano veem nesse modelo de planejamento estratégico a possibilidade de transformação da cidade em algo cada vez mais

lucrativo. Portanto, a cidade transformada em pátria, empresa e mercadoria é, segundo Vainer (2000), vista por esses atores como o melhor caminho para seguir e alcançar esse objetivo de maximização do lucro no espaço urbano. Essas categorias (cidade pátria, empresa e mercadoria) são, portanto, utilizadas pelo autor para mostrar com maior clareza como esse tipo de planejamento estratégico, que consiste na transformação da cidade, no grande produto a ser negociável, no final século XX e início do XXI, defendido por vários grupos da cena urbana como modelo ideal a ser seguido para o desenvolvimento das cidades, tem sido ideologicamente desenvolvido e difundido na realidade brasileira atual.

Sendo assim, podemos afirmar que Vainer (2000), ao utilizá-las, busca esclarecer a maneira como as cidades têm sido vistas no atual momento em que se amplia a difusão do neoliberalismo com suas respectivas características nas várias dimensões da vida, inclusive no âmbito do planejamento urbano. Segundo ele, e como já dito antes, as cidades estão sendo tratadas como uma grande possibilidade de geração e ampliação crescente do lucro através de sua reconstrução e, conseqüentemente, como possibilidade de manutenção e continuidade do capital, através da resolução (ainda que parcialmente) da chamada crise de acumulação na dimensão urbana.

3. A Cidade Atual Vista como um Produto Negociável.

A categoria analítica “cidade mercadoria” constitui, segundo Vainer (2000), o fato de as cidades agora serem, elas mesmas, colocadas à venda, como uma verdadeira mercadoria, portanto, como um bem negociável a partir do processo de reestruturação urbana através da implementação desse tipo de planejamento. Contudo, uma pergunta chama atenção: para quem a cidade é vendida? Depende de quais compradores essa cidade reestruturada, a partir da adoção desse modelo de planejamento, quer atrair. Segundo ele,

A resposta não é tão fácil, pois, na verdade, ela depende de quem se tem em vista como comprador. Conforme sejam as características dos compradores visados, os atributos a serem vendidos seriam diferenciados: idosos podem querer calma e grande número de

serviços médicos, religiosos, podem preferir grande concentração de lugares de retiro e prece, jovens podem estar buscando certos tipos de entretenimento e lazer etc. (Op. cit., p.78)

Em cada cidade (com a adoção do modelo estratégico de planejamento) vão tentar ser criadas, estimuladas e expostas características, cada vez mais, particulares e atrativas em um novo e emergente tipo de mercado: o chamado mercado das cidades². A criação dessas características visa à construção de particularidades que possam ter um peso maior e diferenciado na balança de atração de investimentos nesse momento de crescente competição entre cidades. Um exemplo dessa busca de construção de características particulares é a ideia do Rio de Janeiro enquanto cidade olímpica, característica que (por enquanto) a diferencia de todas as outras cidades da América Latina e, portanto, lhe dá uma característica particular em relação a todas as outras cidades latino-americanas, tornando-a ainda mais atrativa nesse novo tipo de mercado. Mas cidade olímpica para quem? Em outras palavras, quem vai colher os benefícios do chamado legado olímpico? Acreditamos que aqueles grupos diretamente envolvidos no processo de reestruturação da cidade.

Esse processo de reestruturação urbana que ocorre visando à busca pela atração de parcelas, cada vez mais, significativas de capital com o intuito de estimular a ampliação da dinamização da economia local é denominado por Sanchez (2001) como a busca pela construção de “cidades vitrines”, já que essas cidades reconstruídas, segundo a autora, na lógica do Planejamento Urbano Estratégico, são expostas “na vitrine” desse mercado de cidades a espera de possíveis compradores. Atualmente, esses compradores são principalmente as grandes corporações e os grandes eventos internacionais (como, por exemplo, os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo, feiras e congressos internacionais, etc.), além de instituições supranacionais.

Essa categoria analítica de cidades vitrines desenvolvida por Sanchez (2001) nos mostra uma mudança significativa na relação entre capital e cidade:

2 Disputa entre cidades na busca por atrair diferentes parcelas de capital e, conseqüentemente, a geração de uma maior dinamização econômica.

antes da disseminação da lógica neoliberal (com suas respectivas características e consequências: internacionalização, financeirização e flexibilização do capital; influenciando as várias dimensões da vida – portanto, também a dimensão do planejamento urbano. essa influencia tem se realizado através da disseminação do modelo estratégico de planejar as cidades, fazendo com que cidades com características completamente diferentes se tornassem muito semelhantes em sua morfologia e/ou paisagem urbana, como a mesma autora nos lembra nos casos de Buenos Aires, Lisboa, Curitiba e Rio de Janeiro. Em que todas essas cidades foram reestruturadas, seguindo o mesmo modelo adotado por Barcelona: cidade que passou por um profundo processo de reestruturação para poder sediar os Jogos Olímpicos de 1992 e que, em seu caso e/ou realidade particular, alguns autores afirmam que houve êxito, já que esse planejamento contribuiu para o desenvolvimento econômico da cidade de Barcelona e para a melhoria na qualidade de vida de grande parte de sua população.) eram as diferentes parcelas de capital que disputavam para se instalar em cidades com diferentes atributos e/ou características.

No entanto, a partir da disseminação da influência da lógica neoliberal no planejamento urbano, através da implementação do modelo estratégico, tem sido as diferentes cidades que têm se adequadado e disputado entre si na tentativa de atrair as diferentes parcelas de capital. Para isso as cidades, cada vez mais, têm passado atualmente por uma profunda reestruturação urbana, na qual o objetivo é tentar oferecer as melhores condições para essa atração e instalação a partir da adoção desse modelo estratégico de planejamento urbano, a partir do qual se tenta produzir uma série de particularidades e atrativos que possam, na balança do então chamado mercado das cidades, ter um peso diferencial e decisivo para essa atração.

Essa mudança de postura das administrações municipais em relação às cidades e ao capital foi um fator decisivo que contribuiu para a mudança no discurso sobre o planejamento urbano adotado na realidade das cidades em geral. Sobre essa mudança Vainer (2000) afirma que:

Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana. (Op. cit., p.76)

4. A Cidade Atual Gerenciada como uma Empresa: Legitimação da Atuação Privada na Esfera Pública.

No que diz respeito à dimensão da “cidade empresa”, pode-se afirmar que essa cidade passou a ser vista, a partir da adoção desse novo modelo de planejamento urbano, como uma grande empresa que precisa ser bem gerida para que assim possa conseguir obter uma alta produtividade e, conseqüentemente, ser capaz de gerar uma constante e crescente mais valia. Sobre esse processo de adoção de uma lógica de gestão empresarial pelas administrações municipais, Sánchez (2001) diz que há, na verdade, um discurso de gestão urbana-empresarial voltado para melhorar a eficiência tanto econômica quanto social das cidades atuais. No entanto, ao analisar a realidade atual de cidades que tem adotado esse modelo de Planejamento Urbano Estratégico e empresarial, percebe-se a obtenção da eficiência principalmente nas dimensões política e econômica, contudo, deve-se ressaltar que nem sempre essa obtenção nessas duas dimensões específicas é alcançada plenamente, e o mais importante: a análise da implementação desse modelo em várias cidades (como, por exemplo, Rio de Janeiro e com menor repercussão em cidades como Duque de Caxias) mostra que nem sempre (na maioria das vezes) a população como um todo é beneficiada por essa obtenção de eficiência política e econômica.

Vainer (2000) mostra que os atores urbanos que têm adotado esse tipo de planejamento veem a cidade atual de forma contraditória, já que ao mesmo tempo em que, de um lado, há a busca pela construção da cidade em quanto coisa/objeto vendável (mercadoria), busca-se, também do outro, transformá-la em sujeito (empresa – pessoa jurídica): “Esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa.” (Op. cit., p.83) O autor então mostra que o

objetivo de transformação dessa cidade em uma empresa não é apenas no que diz respeito apenas à gestão administrativa, mas segundo ele, “(...) a analogia cidade-empresa constitui a condição mesma da possibilidade da transposição do Planejamento Estratégico de seu território natal (a corporação privada) para o território (público) urbano”. (Ibid., p.84)

Vainer (2000) ainda nos mostra a diferença entre o modelo de planejamento urbano adotado no período fordista no qual, segundo ele, a cidade era vista e planejada de maneira racional, com a imposição de uma organização hierárquica muito parecida com o interior de uma fábrica: dividida em setores (modelo ainda visto em vários municípios brasileiros, herança do período no qual esses municípios cresceram em tamanho – segunda metade do século XX – e nos quais esse modelo de urbanização funcional foi amplamente disseminado, e onde a lógica de Planejamento Estratégico ainda não promoveu profundas transformações na paisagem urbana dos mesmos através da atuação dos diferentes atores da cena urbana). No entanto, com a adoção desse modelo estratégico de planejamento urbano, um dos principais objetivos passou a ser a busca por organizar a cidade atual nos mesmos moldes de uma empresa, na qual se busca gerar, simultaneamente, produtividade, competitividade e rentabilidade. Sobre essa mudança no planejamento urbano adotado em vários municípios brasileiros, o autor afirma que “Com efeito, enquanto o modelo modernista acionava noções e conceitos cuja universalidade parecia inquestionável – racionalidade, ordem e funcionalidade –, agora é a cidade, em seu conjunto e de maneira direta, que aparece assimilada à empresa”. (Ibid., p. 85)

Vainer (2000) então nos mostra qual é o real interesse de transpor essa lógica de transformação da cidade em uma empresa altamente competitiva, característica estimulada nesse tipo de Planejamento Urbano Estratégico: a transposição da atuação empresarial do campo privado para a esfera pública. Essa transposição ocorre para que os atores privados possam atuar na esfera pública a partir do discurso de estímulo às liberdades individuais, conforme os seus interesses sem grandes empecilhos (sem o questionamento por parte da

população), como o Plano Diretor de Duque de Caxias propõe no capítulo denominado Operações Urbanas. Sendo assim, pode-se entender então o porquê da paisagem urbana – como Harvey (2006b) nos mostra – está mudando e deixando de atender prioritariamente a uma lógica racional-funcional para, a partir de então, atender a uma lógica de maximização da produtividade, competitividade e rentabilidade, em uma tentativa de adequação à nova conjuntura do modo de produção pautada na internacionalização do capital, flexibilização econômica e Estado mínimo e regulador.

Sobre essa atuação de atores privados na esfera pública, Vainer (2000) afirma que ela ocorre porque:

(...) a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem um dos esteios a transformação da cidade em um sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (Ibid., p.89)

Deve-se ressaltar que vários autores de diferentes áreas ligadas à questão urbana como, por exemplo, urbanistas e geógrafos concordam e defendem a adoção desse Planejamento Urbano Estratégico, já que afirmam que esse tipo de planejamento pode ser uma possibilidade para estimular o desenvolvimento local. Tania Bacelar Araújo, ao mostrar as disparidades regionais brasileiras e o descaso econômico por parte do Governo Federal com as regiões brasileiras que historicamente estiveram (e ainda estão) na condição de economias menos dinâmicas e, conseqüentemente, menos competitivas em alguns setores, principalmente, em relação à região Sudeste; afirma que esse tipo de Planejamento Urbano denominado Estratégico pode ser uma possível solução para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento econômico dessas áreas que estão à margem da dinâmica atual do modo capitalista, devido ao caráter seletivo deste último. Segundo ela, “Em muitas áreas do país, atores locais têm se articulado para pensar e propor estratégias

de desenvolvimento local e regional. Planos Estratégicos Municipais e Regionais têm se tornado cada vez mais frequentes”(ARAÚJO, 1999, p.153). A autora ainda afirma que trata-se:

(...) da reconstrução de espaços públicos mais amplos de atuação de políticas públicas (nem todas executadas por entes governamentais), e da redescoberta de identidades regionais e da necessidade de promover a integração de subespaços (regiões) deixados à margem pelo movimento mais geral e seletivo da inserção global dos polos dinâmicos. Integração importante num país heterogêneo e continental como o Brasil. (Ibid., p.153).

Entretanto, Harvey (2004) mostra que a globalização (processo que possibilitou a internacionalização do modo capitalista de produção e que atualmente é um dos pilares da chamada lógica neoliberal (pautada entre outras características no estímulo à privatização) e que influencia atualmente várias dimensões da vida política, econômica e social, inclusive no planejamento urbano através da difusão desse modelo denominado Estratégico, que, como já dito antes, busca transformar a cidade atual – construção coletiva e, portanto, um bem público – em um produto privado e negociável) é, por natureza, selecionadora e, conseqüentemente, segregadora.

Sobre esse caráter seletivo da globalização o autor segue afirmando que:

Ela [Globalização] torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Ela põe em risco instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modos de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais. A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população. (Ibid., p.115)

Araújo (1999) então mostra que no Brasil, esse processo de globalização tem se realizado acentuando ainda mais as disparidades regionais historicamente construídas, fruto do seu caráter seletivo, e afirma que esse Planejamento Urbano Estratégico poderia contribuir para minimizar essas disparidades ampliadas por esse processo na realidade brasileira.

Acreditamos, no entanto, que esse Planejamento Estratégico (que também é seletivo e segregador) contribui para acentuar ainda mais as disparidades locais e não diminuí-las, já que busca transformar a cidade em um produto privado. Logo, esse tipo de planejamento urbano não é a melhor resposta para solucionar as disparidades existentes entre as diferentes cidades e regiões brasileiras, mas sim uma mudança no tipo de atuação do poder público em todas as suas esferas e níveis nessas respectivas áreas. Atuação esta sendo realizada de forma mais equilibrada e gerando desenvolvimento para a população como um todo e não apenas para grupos específicos privilegiados com essa progressiva privatização em curso da cidade atual.

Ainda entre os defensores da adoção desse Planejamento Estratégico na organização e gestão das cidades, estas sendo consideradas como as novas e grandes empresas do século XXI, Borja & Castells (1997) afirmam que:

La **crítica al planeamiento territorial urbano** (o planes generales) se ha convertido en un lugar común desde los años setenta. Está generalmente aceptado la relativa inoperancia de estos planes cuando no se apoyan en dinámicas económicas y sociales su desarrollo en proyectos. (1997, p. 207, grifos dos autores)

Esses autores dizem que a crítica a todo tipo de planejamento urbano já é comum há tempos e que ela deve ser feita apenas quando esse planejamento urbano não atender aos interesses econômicos e sociais previamente estabelecidos. Mas a pergunta que fazemos aqui é: que interesses econômicos: os da população? Que interesses sociais: os da maioria da sociedade que é excluída das decisões tomadas atualmente em cidades como Duque de Caxias (como mostram as entrevistas feitas com alguns moradores do Primeiro Distrito desse município – anexo A) e das supostas melhorias que esse tipo de planejamento oferece ou os de uma minoria que toma as decisões e se beneficia em nome de todos?

Vainer (2000) então traz a última categoria de análise que ajuda a entender o planejamento urbano desenvolvido em várias cidades brasileiras desde os anos 1990: a “cidade pátria”. Essa categoria analítica é adotada e

disseminada pelos defensores desse modelo estratégico para legitimar a implementação desse modelo na cidade atual. Para o autor, essa cidade pátria pode ser definida como: a construção de um consenso popular, associado à ideia de estímulo a um sentimento de pertencimento por parte da população local em relação ao seu lugar. O objetivo da construção desse consenso é mostrar a essa mesma população que a única alternativa para que a cidade possa superar a estagnação econômica e a suposta crise urbana instalada é a adoção desse tipo de Planejamento Urbano Estratégico, que busca a reestruturação e venda da mesma.

5. A Reprodução da Cidade Atual: Consenso e Cidadania Alienada.

Mas como esse modelo estratégico de planejamento urbano, atualmente hegemônico, foi consolidado enquanto tal? Sobre o neoliberalismo, David Harvey afirma que esse pôde ser realizado por meio de um aparato conceitual livre de qualquer questionamento no senso comum. Da mesma forma, o Planejamento Estratégico tem sido consolidado no âmbito do planejamento urbano em geral, por meio de um aparato conceitual pautado no consenso.

Mas o que viria a ser esse consenso? Uma definição simples, contudo, bastante esclarecedora é a dada por Mattos (2011) ao dizer que seria a concordância de ideias entre todos que estão inseridos em um determinado contexto: por exemplo, o grupo chegou a um consenso. Em outras palavras, é concordar com algo ou alguém. Na dimensão do Planejamento Urbano Estratégico seria concordar com aqueles que o desenvolvem. Essa concordância, por sua vez, leva a outro termo também bem elucidado por Mattos (2011): consentimento ou consentir – deixar que alguém faça alguma coisa, permitir: por exemplo, consentir no casamento da filha.

Mas como construir esse consentimento capaz de gerar o consenso junto à população local de que esse Planejamento Urbano Estratégico é o mais adequado em cada cidade? Segundo Vainer (2000, p. 91), “Sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O Plano Estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno

ao projeto.” como nos casos de construção do Rio de Janeiro enquanto cidade olímpica e das supostas melhorias urbanas em Duque de Caxias, a partir do primeiro governo Zito (1997-2000).

E isso porque, segundo o mesmo autor, nesse tipo de planejamento urbano:

Na verdade, esta condição está como que pressuposta desde o início, pois o discurso, a todo tempo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade compete, a cidade deseja, a cidade necessita. Enquanto se discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, aceita-se, como natural, a instauração da cidade como sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação. (Op. cit., p. 91)

A cidade então é vista como uma coisa só, ou seja, homogênea, portanto, sem conflitos e/ou diferenças. Ela seria então estruturada por meio de dois elementos chave: a necessidade de uma consciência de crise e a construção de um patriotismo de cidade ou como ele chama de uma Cidade Pátria.

Mas por que o sucesso tão grande desse modelo na realidade urbana brasileira e fluminense?

Em todas as cidades, o projeto de transformação urbana é a somatória de três fatores: a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia; b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados e a geração de liderança local (política e cívica); c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista econômico, social e cultural. (Castells & Borja, 1996. Apud. Vainer, 2000, p. 92-93)

Deve-se, portanto, apontar da fala dos autores que o primeiro fator para a realização do Planejamento Urbano Estratégico é a sensação de crise. Em outras palavras, não precisa que, de fato, tenha existido ou exista uma crise, sua simples idealização já é suficiente para legitimar a adoção desse modelo. Se a simples idealização de crise já é suficiente para a adoção desse tipo de planejamento urbano, o que dizer do Brasil e especificamente do Estado do Rio de Janeiro onde, como já mostramos anteriormente, a sociedade, de fato, viveu

uma crise nas várias dimensões da vida, inclusive urbana? Tanto na realidade brasileira quanto fluminense e (no caso dessa pesquisa) especificamente de Duque de Caxias a adoção do Planejamento Estratégico foi tratada como a grande solução encontrada para a retomada do crescimento econômico a partir da década de 1990.

Mas se tanto o sentimento, como aponta Vainer (2000), quanto a existência de uma crise é passageira, “Como construir sobre base tão frágil, instável mesmo, uma unidade e um consenso que necessitam perdurar, incólumes, sem brechas? A resposta está na transformação do fugaz sentimento de crise num consistente e durável patriotismo de cidade.” (Op. cit., p. 94) É por meio da geração desse patriotismo ou pertencimento à cidade que, através do discurso oficial, permite tanto aos líderes, atores urbanos em geral quanto à população como um todo assumirem com orgulho tanto seu passado quanto e principalmente seu futuro, através da atuação em vários campos da ação no presente. Sendo assim, esse patriotismo é simultaneamente resultado e condição para a realização desse projeto urbano.

A partir da adoção desse modelo de Planejamento Estratégico:

(...) o urbanismo monumentalista patriótico é reentronizado, produzindo ao final do século XX os novos arcos do triunfo do capital transnacionalizado. A instrumentalização imediata e consciente das tecnologias urbanísticas e arquitetônicas, bem como de capitais, para mobilizar consciências, é claramente enunciada como tendo por objetivo primeiro alimentar o patriotismo cívico. (VAINER, 2000, p. 94-95)

Esse tipo de urbanismo monumentalista típico desse modelo de planejamento pode ser visto com clareza em Duque de Caxias através dos grandes empreendimentos instalados e das obras realizadas no município.

Os monumentos e as esculturas (pelo que representam e pelo prestígio dos seus autores), a beleza plástica e a originalidade do desenho de infraestruturas e equipamentos ou o cuidadoso perfil de praças e jardins proporcionam dignidade à cidadania, fazem a cidade mais visível e reforçam a identidade, incluído o patriotismo cívico de sua gente. (BORJA, 1995. Apud VAINER 2000 p. 95)

Alguns exemplos desses monumentos e equipamentos urbanos – instalados em Duque de Caxias a partir do primeiro governo Zito (1997-2000) e legitimados pelo Plano Estratégico Municipal buscavam reconstruir a paisagem local, como aponta Vainer (2000), sobre a lógica desse modelo de Planejamento Urbano, e como ratificam as entrevistas realizadas com alguns moradores, esse patriotismo urbano no município – são, entre outros, a revitalização da chamada Praça do Pacificador, do Calçadão, das calçadas das principais ruas de alguns bairros do Primeiro Distrito, além da construção e/ou reforma de muitas praças em toda essa área do município (como já mostramos no primeiro capítulo dessa pesquisa).

Mas por que a construção desse patriotismo de cidade baseado no consenso? Segundo Vainer (2000), para banir a política (as discussões e diferenças) da cidade atual que precisa ser cada vez mais competitiva e, para isso, pacificada.

Reformadas as metodologias de planejamento urbano, revolucionados os conceitos de cidade, restaurados a unidade e a identidade de todos os cidadãos com sua cidade e com seu projeto empresarial, qual o sentido da política? Ingressamos, por assim dizer, no terreno da reforma político-institucional, em que serão asseguradas as condições, agora sim, estáveis e permanentes da produtividade e competitividade. (Op. cit., p. 95)

Nesse tipo de planejamento urbano há a busca pelo desenvolvimento de um projeto consensual que vá além das filiações e disputas político-partidárias, para possibilitar estabilidade aos empreendedores urbanos e, portanto, garantia de retorno para seus investimentos. “A despolitização planejada é, ela também, como se vê, parte das garantias oferecidas aos parceiros privados”. (Ibid., p. 96)

Segundo Vainer (2000), os atores que buscam implementar o Planejamento Urbano Estratégico defendem que na escala da cidade, a política deve ser banida. E isso porque para esses,

(...) as opções a que estão confrontados os cidadãos são distintas daquelas a que estão confrontados os cidadãos: enquanto estes se dividiriam quanto a visões ideológicas, projetos de sociedade e

prioridades nacionais, os cidadãos estariam acima (além) destas pugnas. Em outros termos, o debate sobre as prioridades e o projeto de cidade não têm nada a ver com o debate acerca da natureza, prioridades e projeto de sociedade. (Op. cit., p. 96)

Sendo assim, na cidade estrategicamente planejada a política se resumiria, segundo os seus defensores, em um governo forte, representativo, com capacidade de liderança, estável e, portanto, eficaz do qual não haveria porque ou como discordar, a não ser aqueles cidadãos³ rebeldes ou “antipatrióticos”. Já que:

(...) o planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania. (Ibid., p. 98)

Dessa forma, como mostramos no segundo capítulo dessa pesquisa, a atuação dos movimentos sociais que ganharam força no Brasil em meio ao processo de redemocratização do país na década de 1980 e que buscavam mudanças no modelo de planejamento urbano exógeno a realidade local até então adotado por meio da: “(...) reivindicação de poder para as comunidades e coletividades locais, conquistada numa luta travada em nome do autogoverno, se consuma como abdicação em favor de chefes carismáticos que encarnam o projeto empresarial” (VAINER, 2000, p. 98), já que “A cidade conquistou parte dos recursos políticos antes concentrados no poder central, mas não realizou o sonho de autogoverno”. (Ibid., p. 98)

Nesse contexto, os chamados à participação mal encobrem que seu pressuposto é a adesão à utopia mercantil de uma cidade unida pela produtivização e competição. O compromisso patriótico de não romper a unidade necessária ao bom andamento dos negócios nos quais a cidade está engajada, a abdicação do poder a um chefe carismático, a estabilidade e a trégua assim conquistadas, seriam o preço a pagar pelo privilégio de disputar, junto com outras tantas dezenas ou centenas de cidades, o direito de ser escolhida como localização dos próximos investimentos, das próximas feiras, das próximas convenções. (Op. cit., p. 98)

3 Aqueles indivíduos que vivem na cidade.

Esse preço se materializa no espaço, em cidades como Duque de Caxias, que em nome desse privilégio de competir – já que nesse momento (como já dissemos antes) não são mais as parcelas de capital, mas sim as diferentes cidades que competem entre si na busca pela maior inserção e dinamização na economia globalizada – adequam-se a essa lógica, buscando atrair cada vez mais investimentos. Esse espaço produzido se torna então ainda mais homogêneo (por essa tentativa de adequação), fragmentado (áreas que recebem mais ou menos investimentos e áreas que não recebem) e hierarquizado (áreas com maior ou menor inserção nessa dinâmica e ainda áreas que são excluídas desse processo de intervenção e inserção). Contudo, embora o espaço produzido por esse modelo de Planejamento Estratégico seja, por natureza, desigual e segregador, há uma grande aceitação popular. Mas por que isso acontece? Segundo Vainer (2000), essa aceitação se realiza porque:

O questionamento da transformação da cidade em mercadoria se dilui no momento em que ela ressurgue travestida de empresa; e a crítica a esta analogia perde o sentido quando é a cidade-pátria que emerge, oferecendo a paz, a estabilidade e a garantia de líderes capazes de encarnarem, graças a seu carisma, a totalidade dos cidadãos. Esta permanente flexibilidade e fluidez conceitual operam como poderoso instrumento ideológico, fornecendo múltiplas e combinadas, mesmo se contraditórias, imagens e representações, que podem ser usadas conforme a ocasião e a necessidade. (Ibid., p. 100)

E assim, seria construída, através desse patriotismo urbano, uma cidadania alienada pautada na construção de uma cidade competitiva e rentável em detrimento a uma cidadania plena, como aponta Lefebvre (2009), pautada na cidade enquanto espaço de realização da vida humana, já que:

(...) a participação proposta se funda na negação da cidadania: consumidor de mercadorias, acionista de empresa ou patriota orgulhoso, o cidadão planejado estrategicamente está condenado a ver desaparecer o espaço e a condição de uma cidadania desde sempre contestada no projeto moderno. De um lado, a *city*, impondo-se à cidade como espaço e objeto e sujeito de negócios; de outro lado, a *polis*, afirmando a possibilidade de uma cidade como espaço do encontro e confronto entre cidadãos. (VAINER, 2000, p. 100-101)

6. Considerações Finais:

A cidade tem sido vista atualmente como um grande negócio, na verdade, o grande produto já no final do século XX e início do século XXI. Os planejadores urbanos têm buscado, através desse Planejamento Urbano Estratégico que emergiu com a lógica neoliberal e seus ideais de liberdade e individualidade, transformar a cidade em um campo para a atuação empresarial sem grandes empecilhos. Para isso, a geração de um sentimento de consenso junto à população local vem sendo fundamental. Esse consenso se sustenta na criação e disseminação junto à população como um todo de que não há alternativas para a superação da estagnação econômica e precariedade social vivenciada atualmente em diferentes cidades diante da globalização econômica cada vez mais seletiva. É, portanto, em meio a esse cenário de suposto caos que os defensores desse Planejamento Urbano Estratégico têm encontrado um vasto terreno fértil para difundir sem dificuldades seus ideais.

Segundo o professor Carlos B. Vainer, a cidade atual tem sido vista e produzida simultaneamente em três dimensões que são, por sua vez, contraditórias e complementares. A construção da cidade pátria (geração do consenso junto à população local) tem possibilitado a emergência de uma administração empreendedora na realidade urbana atual que prioriza a produtividade, competitividade e rentabilidade (cidade empresa). Esse novo modelo de administração, por sua vez, possibilita a transformação da cidade em um verdadeiro produto negociável, ou em outras palavras, em uma cidade mercadoria.

Dessa forma, a cidade atual vem perdendo o seu caráter de obra coletiva e apropriação e sendo inserida de forma cada vez mais profunda na dinâmica da acumulação do capital. Sendo ela mesma, o principal produto desse processo. O que demonstra que, cada vez mais, a produção deixa de ser no espaço/na cidade para ser do espaço/da cidade. Essa mudança na maneira como a cidade tem sido vista e tratada contribui para que a produção do espaço seja ainda mais desigual e segregadora, fruto de um processo simultâneo e contraditório de homogeneização (adoção desse modelo estratégico em diferentes realidades não só brasileiras como também mundial),

fragmentação (áreas que recebem mais ou menos investimentos e áreas que não recebem) e hierarquização (áreas com maior ou menor inserção nessa dinâmica e ainda áreas que são momentaneamente excluídas desse processo de inserção, gerando, assim, uma ampliação das desigualdades) do espaço em municípios como Duque de Caxias que vêm adotando esse modelo atualmente hegemônico.

No entanto, acreditamos que é possível e preciso um outro tipo de planejamento urbano em que o ser humano seja visto como centro. E para isso, acreditamos que é preciso subverter a ordem imposta pelo Estado que se consolida historicamente como a principal instituição legitimadora desse processo de produção desigual e segregadora do espaço, e inverter a perspectiva. Em outras palavras é preciso uma mudança: da cidade dominada por alguns grupos para uma cidade apropriada por todos; da cidade planejada para ampliar a produtividade, competitividade e rentabilidade para uma cidade produzida para possibilitar a realização plena da vida humana; da cidade produzida pelo consenso alienador para uma cidade que é produzida pelas diferenças, mas essas, em torno de um objetivo maior: promover o ser humano. Em suma, da cidade atualmente planejada estrategicamente para uma cidade planejada a partir da participação popular efetiva que possibilite a consolidação do que Lefebvre (2009) chamou de o direito à cidade e, conseqüentemente, a realização completa do ser humano enquanto tal.

7. Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.

BORJA, Jordi (ed.). **Barcelona. Un Modelo de Transformación Urbana**. Quito, Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995.

_____, Jordi. & CASTELLS, Manuel. **Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XI, nº 1 e 2, 1997, p.207-231.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. **“As Cidades como Atores Políticos”**. Novos Estudos CEBRAP, n. 45, jul. 1996, p. 152-166.

HARVEY, David. **Desenvolvimentos Geográficos Desiguais**. In: HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____, David. **O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx**. In: HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006a.

_____, David. **Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a Transformação da Governança Urbana no Capitalismo Tardio**. In: HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006b.

_____, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

_____, Henri. **O Direito à Cidade**. - 5ª edição. 1ª reimpr. São Paulo: Centauro, 2009.

MATTOS, Geraldo. **Dicionário Júnior da Língua Portuguesa**. 4ª edição. São Paulo: FTD, 2011.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à Cidade: Reflexões a partir do Pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey**. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura. MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Orgs.). *Teorias e*

Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015 p. 193-213.

SANCHEZ, Fernanda. **A (In) Sustentabilidade das Cidades-Vitrine**. In: Henri Acelrad (Org.). A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, v., p.155-175.

VAINER, Carlos B. **Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: Carlos Vainer; Otilia Arantes; Ermínia Maricato (Org.). A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000, v., p. 75-104.